



Repórter Brasília Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Maioridade penal



LEONARDO SA/AGÊNCIA SENADO/DIVULGAÇÃO/IC

A Câmara dos Deputados iniciou a semana sob forte pressão da bancada de oposição por mudanças na legislação penal, especialmente após novos casos de violência envolvendo crianças e adolescentes. A redução da maioridade penal voltou à tribuna como uma das pautas mais defendidas por parlamentares ligados à segurança pública; enquanto a base governista mantém atuação mais discreta e evita transformar o tema em prioridade política.

Punições mais severas e imediatas

Deputados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina ganharam protagonismo nesse debate. O gaúcho Maurício Marcon (PL) voltou a criticar duramente o veto do Executivo ao trecho que aumentava penas para roubo com lesão grave; afirmando que o país transmite sinais de fragilidade diante da criminalidade. Para o parlamentar, “crimes violentos precisam de punições mais severas e imediatas”. Na mesma linha, Zé Trovão (PL), de Santa Catarina, afirmou que a legislação atual “favorece a impunidade” e criticou setores políticos que, segundo ele, “evitam enfrentar o debate sobre endurecimento penal”.

Segurança pública no Senado

O tema ganhou força após manifestações do deputado Alberto Fraga (PL-DF), presidente da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, que cobra do Senado a votação de projetos de segurança pública, já aprovados pela Câmara. Fraga defende a redução da maioridade penal em crimes hediondos e sustenta que o Congresso precisa responder ao sentimento de indignação da população diante de crimes brutais.

Obstáculos relevantes

Apesar da pressão da oposição, o avanço da proposta ainda enfrenta obstáculos relevantes. A redução da maioridade penal exige mudança constitucional e depende de ampla articulação política. O assunto mobiliza emocionalmente a sociedade, mas divide especialistas, juristas e partidos.

Punições mais rígidas

Enquanto parlamentares conservadores defendem punições mais rígidas como resposta ao aumento da violência, setores ligados aos direitos humanos argumentam que “o problema central está na ausência de políticas preventivas, educação e fortalecimento das estruturas familiares e sociais”.

Nunes Marques toma posse no comando do TSE

Novo titular da corte vai conduzir processo eleitoral de outubro



O ministro Nunes Marques assumiu ontem o cargo de presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), órgão responsável pela organização das eleições presidenciais de outubro.

A cerimônia de posse ocorreu à noite, com a presença de diversas autoridades. Entre os convidados, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e os presidentes do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), e da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB). Até o fechamento desta edição, a solenidade não havia se encerrado.

Marques entra na vaga da ministra Cármen Lúcia, que completou mandato de dois anos à frente do tribunal.

A escolha do presidente do TSE ocorre por antiguidade entre os ministros que também compõem o Supremo Tribunal Federal (STF). O vice-presidente será o ministro André Mendonça.



AGÊNCIA BRASIL

Marques terá desafio de aplicar regras que limitam IA nas campanhas

O principal desafio de Nunes Marques na presidência do TSE será assegurar a aplicação das regras que limitaram o uso de inteligência artificial (IA) durante a campanha eleitoral.

Apesar de ter aprovado as medidas, o TSE terá de atuar de forma rápida para evitar a propagação de postagens ilegais que possam interferir na livre escolha dos eleitores.

Natural de Teresina (PI), Kassio tem 53 anos e foi indicado ao Supremo em 2020 pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) para

ocupar a vaga deixada pelo ministro aposentado Celso de Mello. Antes de chegar ao Supremo, atuou como desembargador do Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região, sediado em Brasília. Também foi advogado por cerca de 15 anos e juiz do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Piauí.

O TSE é composto por sete ministros, sendo três do STF, dois do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e dois advogados indicados pelo presidente da República, além dos respectivos substitutos.

MP cobra fiscalização de exploração de terras raras

/ MEIO AMBIENTE

O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União fez um pedido à corte para que adote medidas para acompanhar e fiscalizar a atuação federal quanto a projetos minerários de exploração de terras raras, grupo de minérios usados em boa parte dos projetos de transição energética, além da indústria automotiva e de computação.

A representação menciona as restrições atuais vividas pelos órgãos federais para lidar com demandas com a do governo de Goiás, que decidiu rever o plano de manejo da Chapada dos Veadeiros, para permitir a entrada da mineração na região, sendo boa parte dela voltada a projetos de terras raras.

O governo goiano decidiu, ainda durante a gestão de Ronaldo Caiado (PSD), fazer a revisão dessas regras ambientais para ampliar a oferta de projetos de

minerais críticos no estado.

Goiás foi governado até o fim de março por Caiado, que renunciou para ser candidato à Presidência da República. Hoje, o chefe do Executivo é Daniel Vilela (MDB). Caiado foi procurado na sexta-feira pela reportagem para comentar o assunto, mas sua assessoria orientou que o tema fosse tratado pela atual gestão.

Por meio de nota, a atual administração estadual declarou que “está equivocada a premissa” de que seu objetivo seja flexibilizar a mineração na área.

Conforme informações obtidas pela Folha de S.Paulo, há mais de 130 projetos ativos de pesquisa e exploração de minerais estratégicos voltados para a Chapada dos Veadeiros, uma região reconhecida internacionalmente por sua diversidade natural.

Documentos obtidos pela reportagem mostram que a Secretaria de Estado de Meio Am-

biente e Desenvolvimento Sustentável de Goiás criou um grupo de trabalho para discutir a mineração na área. A avaliação é que “a exploração mineral em APA (Área de Proteção Ambiental) é juridicamente possível”, se o plano de manejo for alterado.

Um levantamento feito pela Semad mostra que 496 processos minerários já foram registrados na Agência Nacional de Mineração para pesquisa e exploração dentro da APA. Esses projetos somam 527 mil hectares cercado todo o parque nacional. São 5.270 km², superior ao triplo da área do município de São Paulo.

Ao menos 131 processos estão ligados a minerais críticos, sendo 31 de terras raras e cassiterita. Outros 98 miram o manganês, usado em produção de baterias e armazenamento de energia. A lista inclui, ainda, projetos de níquel, um dos mais cobiçados por China e Estados Unidos.

Desde 1980 protegendo
a inovação para você
construir o futuro.

SKO
OYARZÁBAL
MARCAS & PATENTES S/C
Ética • Dinamismo • Confiabilidade